



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GRAVATA-PE: UMA POSSÍVEL FERRAMENTA
PARA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL II DA
REDE MUNICIPAL**

ROBERTA SAMILLI DA SILVA

RECIFE

2021

ROBERTA SAMILLI DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GRAVATA-PE: UMA POSSÍVEL FERRAMENTA
PARA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL II DA
REDE MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UAEADTec, no curso de Licenciatura Plena em História, como pré-requisito para a aprovação na disciplina Monografia.

Orientação: Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza.

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e

da Silva, Roberta Samilli

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GRAVATA-PE: UMA POSSÍVEL FERRAMENTA PARA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL / Roberta Samilli da Silva. - 2021.

56 f. : il.

Orientador: Leandro Nascimento de Souza.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2022.

1. Memória. 2. História local. 3. Patrimônio. 4. Gravata - PE. 5. Ensino de história local. I. Souza, Leandro Nascimento de, orient. II. Título

CDD 909

FICHA DE APROVAÇÃO:

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GRAVATA-PE: UMA POSSÍVEL
FERRAMENTA PARA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS ALUNOS DO
FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL**

A comissão avaliadora composta pelos professores a baixo listados considera a
aluna

ROBERTA SAMILLI DA SILVA: APROVADA.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza.

Prof. Me. Eduardo Augusto Santana

Prof. Me. José Emerson Tavares Macedo

Recife, 30/07/2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que nossos sonhos sejam realizados nos momentos certos e por me presentear diariamente com pequenos milagres.

A meu pai Roberto e minha mãe Maria, pelo incentivo e apoio que sempre me deram para que eu estudasse e fosse o mais longe que eu pudesse (ainda estou no caminho, prometo continuar sempre).

A meu marido Josivânio, pelo companheirismo, dedicação e amor. Por ter “segurado as pontas” enquanto estive ausente e por acreditar nos meus sonhos junto comigo. Eu sei que ele falaria que eu daria um jeito e conseguiria mesmo sem sua ajuda, mas eu sei que tê-lo ao meu lado fez a caminhada mais leve.

Ao meu orientador Prof. Dr. Leandro Nascimento de Souza, pela paciência, prestatividade e gentileza com que me auxiliou no desenvolvimento dessa monografia. Sua organização e atenção foram valiosas para esse trabalho.

Ao meu amigo Franklim Cavalcanti, por ter me dado o livro sobre a banda e pelas horas de conversa que pareceram minutos. Gratidão, jovem *padawan*.

Aos meus colegas de turma, José Neto, Gilson Galdino e Lucas Pereira. Aprendi muito com cada um de vocês. Sei que vocês serão professores incríveis para seus alunos.

A Prof.^a Dra. Marta Margarida Andrade, que é a melhor coordenadora que poderíamos ter. Sempre empenhada e determinada a fazer o melhor pelo nosso curso.

A banca avaliadora, composta pelos Professores Me. José Emerson Tavares Macedo e Me. Eduardo Augusto Santana, por terem aceitado fazer parte dessa etapa tão importante e repleta de aprendizado para mim.

A todos os professores e tutores que passaram por minha turma. Vocês me ensinaram mais do que disciplinas, me inspiraram a ser uma professora que busca fazer sempre o melhor.

Por fim, agradeço ao meu avô Francisco (*in memoriam*), primeiramente por ter sido o melhor avô do mundo, depois, por ter acreditado em mim sempre, me incentivado e por ter me ensinado o gosto por boas histórias.

A todos vocês, meu carinho e gratidão.

Dedico esse trabalho a Fátima,
Beatriz, Vital e Francisco Neto,
professores que marcaram minha
trajetória escolar.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerente” (FREIRE, 2000, p. 33).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Pé” de gravatá	20
Figura 2: Formação atual da Banda XV de Novembro	24
Figura 3: Sede da Sociedade Musical XV de Novembro	25
Figura 4: Memorial de Gravatá	26
Figura 5: Retratos dos prefeitos de Gravatá presentes no Memorial	27
Figura 6: Busto de Justino Carreiro de Miranda	28
Figura 7: Objetos do cotidiano das famílias antigas de Gravatá	28
Figura 8: Painéis com informações sobre alguns pontos da cidade e abaixo, livros e objetos antigos	29
Figura 9: Fotografia atual da Estação do Artesão	30
Figura 10: Esculturas feitas de barro	31
Figura 11: Artesanato feito em tecido	31
Figura 12: Artesanato em fibra de bananeira	31
Figura 13 Bonequinha da sorte, artesanato tradicional de Gravata-PE	32
Figura 14: Retirada de parte da linha férrea no centro de Gravatá	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO: IDENTIDADE, MEMÓRIA E CIDADANIA	10
1.1 IDENTIDADE	11
1.2 MEMÓRIA	14
1.3 CIDADANIA E FORMAÇÃO CIDADÃ	16
1.4 RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, FORMAÇÃO DA IDENTIDADE, CIDADANIA E O PATRIMÔNIO	18
2 PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE GRAVATÁ-PE	20
2.1 A SOCIEDADE MUSICAL XV DE NOVENBRO	22
2.2 O MEMORIAL DE GRAVATÁ	26
2.3 ESTAÇÃO DO ARTESÃO	28
2.4 A LINHA FÉRREA (TRECHO URBANO)	33
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO EM GRAVATÁ-PE	35
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL	36
3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS ENVOLVENDO OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	40
3.3 POSSIBILIDADES DE ENSINO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS DE GRAVATÁ-PE	42
3.4 SUGESTÃO PARA ROTEIRO DE AULA DE CAMPO: “CONHECENDO GRAVATÁ: NOS PASSOS DA HISTÓRIA”	47
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto das experiências pessoais da autora provindas do Estágio Supervisionado I e de outras vivências no ambiente escolar enquanto professora, onde foi possível ter contato com turmas do fundamental em uma escola municipal da cidade de Gravatá. Por meio das conversas e observações, notou-se que esses educandos desconheciam ou não tinham interesse pela história da cidade. Desse modo, refletimos sobre as possibilidades de aproximação dos alunos com o conhecimento referente a sua cidade, afim de fazer com que haja uma relação de reconhecimento e de uma construção de identidade local.

O título “*A educação patrimonial em Gravatá-PE: uma possível ferramenta para construção de identidades dos alunos do fundamental II da rede municipal*” busca analisar as práticas educativas no ensino de história, permitidas através da educação patrimonial, com ênfase na história local, assim, refletimos nesse trabalho sobre o ensino da história de Gravatá-PE e de que forma ela pode contribuir para a formação dos alunos.

Como possibilidades para o desenvolvimento de práticas educativas, tendo como base os patrimônios históricos e culturais de Gravatá-PE, foram utilizados espaços como o Memorial, a Estação do Artesão, a Sociedade Musical 15 de Novembro e o trecho urbano da Linha Férrea. Refletir sobre as possibilidades de uso dos espaços culturais da cidade se apresenta como uma maneira de formar os alunos para que eles se reconheçam como sujeitos produtores de conhecimentos e cultura, sujeitos que conhecem a história do lugar onde vivem e valorizam essa história.

Como objetivo geral do trabalho, pretende-se analisar a educação patrimonial como subsídio necessário para refletir sobre o ensino da história local, como um instrumento que promove a construção da identidade dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Gravatá, ao mesmo tempo que se firma as bases de uma formação cidadã. Nesse sentido, a produção textual foi conduzida de modo a evidenciar as contribuições das práticas que abordam os patrimônios históricos e culturais oferecem para a formação dos educandos numa perspectiva cidadã e identitária. Já os objetivos específicos visavam discutir a formação da identidade e cidadania a partir dos conhecimentos sobre a história e memória local, analisar a história e cultura da cidade de Gravatá-PE, realizando um levantamento do patrimônio material e imaterial local e, por fim, evidenciar as possibilidades de práticas educativas que propõem-se a possibilitar a aquisição de conhecimentos acerca da educação patrimonial em Gravatá-PE.

Se tratando do Estado onde vivemos e considerando que nosso curso oferece uma disciplina que trata da história dele, sabemos que essa historiografia ainda fica centrada na capital e seu entorno, ao passo que nos questionamos se o lugar onde vivemos também possui uma história e que lugar ela ocupa nesse contexto, já que na maioria das vezes ela não é objeto de estudo. Ao mesmo tempo que sentimos essa carência, podemos perceber que somos instigados a buscar por essa complementação, desse modo, buscou-se mostrar que os conhecimentos adquiridos acerca da temática da educação patrimonial durante a graduação podem ser trazidos para a realidade e estes representarem uma nova postura diante do lugar que vivemos, nossas experiências e noções de preservação de bens que carregam a marca de quem somos.

A ideia de se realizar uma pesquisa sobre o ensino da história de Gravatá, de modo a trazer o aluno como importante personagem dessa narrativa, oportunizando sua experiência e tornando-o o sujeito principal dessa construção, é uma forma muito interessante de fazer com que haja uma aproximação do aluno com o conhecimento histórico, além de ser uma forma muito rica de tornar o aprendizado mais efetivo.

A escola como ambiente que forma para o exercício da cidadania precisa englobar em suas práticas uma educação que considere o meio onde o aluno está inserido, a cidade onde vive e suas relações com este lugar. De maneira geral, vivenciar um processo educativo sem considerar essas questões acaba por gerar uma lacuna que separa o conhecimento que se aprende na escola da realidade que o aluno presencia. Quando se trata do ensino de história, isso fica ainda mais evidente porque acaba por focar apenas na história de lugares e povos distantes, sem que haja uma conexão com aquilo que o educando vê. É comum ouvir alunos afirmando que o lugar onde vivem “não tem história”. Como afirmar o contrário se não evidenciamos práticas educativas que tornem essa história mais próxima do que nossos olhos podem ver? Por fim, como seria possível viabilizar esse ensino da história local para que os alunos dos anos finais do ensino fundamental de Gravatá tenham uma experiência positiva acerca do patrimônio que dispõe e a partir desse conhecimento firmar as bases de sua identidade?

Fazendo uso de fontes bibliográficas, a metodologia do trabalho foi desenvolvida a partir da análise de livros e artigos científicos de autores que tratam da educação patrimonial desde sua definição até a instrumentalização dessa prática por meio do desenvolvimento de projetos, como foi o caso do livro *Educação patrimonial, da teoria à prática e História*

Regional na sala de aula, que nos possibilitaram esse contato. Utilizamos obras que nos permitiram verificar a relação que a memória, a cidadania e identidade estabelecem com a educação patrimonial e como a história local pode ser trabalhada tendo como foco esses conceitos, além disso, foi desenvolvido nessa pesquisa a historiografia da cidade de Gravatá-PE e dos patrimônios escolhidos para serem abordados.

De maneira mais detalhada, construímos o trabalho em três etapas: na primeira parte discutiremos esses conceitos-chaves que falamos à pouco – identidade, memória, cidadania e formação cidadã – em seguida observaremos as relações que essas questões estabelecem com a educação patrimonial, de forma a pensar tanto sobre as definições desses conceitos a partir da contribuição de Margareth Brandini Park, Stuart Hall, Joël Candau, Jacques Le Goff, Elisa Roberta Zanon, Leandro Henrique Magalhães, Patrícia Martins Castelo Branco, entre outros autores que complementam os conhecimentos acerca dessas definições.

Na segunda parte apresentaremos um pouco da história de Gravatá-PE, da sua origem, passando por sua emancipação política, a origem do seu nome e os patrimônios históricos e culturais escolhidos para serem trabalhados em possíveis práticas de educação patrimonial – como já mencionado, serão o Memorial, a Estação do Artesão, a Sociedade Musical 15 de Novembro e o trecho urbano da Linha Férrea – um pouco da história de cada um desses bens e quais suas funções atualmente. Para nos ajudar nessa tarefa, contaremos com o aporte de Fernanda Tavares Farias e Franklim Cavalcante Teixeira, além das informações obtidas por meio do site oficial da prefeitura da cidade e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

Por fim, no terceiro capítulo, discorreremos sobre o ensino da história local em Gravatá-PE, primeiramente identificando o que é educação patrimonial e qual lugar ela ocupa no processo educativo, qual sua importância para a formação do aluno e o que ela contempla. Nessa etapa observaremos algumas ideias de projetos envolvendo a educação patrimonial para que possamos ter alguns exemplos de como trabalhar com essa perspectiva dentro do ensino de história, em seguida, falaremos sobre as possibilidades de utilização dos patrimônios da cidade em aulas de história que teriam como foco o município, de modo a pensarmos sobre os diferentes aspectos históricos que poderíamos abordar. Nessa etapa, autores como Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro, Ironita Machado, e Ricardo Oriá Fernandes – além de autores já presentes nos capítulos anteriores – nos ajudam a sistematizar nossas ideias de práticas educativas.

1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO: IDENTIDADE, MEMÓRIA E CIDADANIA

De acordo com Silva e Vanderlei Silva, a palavra *patrimônio* “se refere à herança composta por um complexo de bens históricos” (2009, p. 324), dentro dessa definição podemos inserir diversos tipos de patrimônios que vão desde os culturais até os ecológicos. Verifica-se que esses bens, no sentido de herança, nos trazem a ideia de valor, isso quer dizer que para determinada cultura, sociedade ou grupo social, tais patrimônios trazem consigo especificidade que caracterizam esses sujeitos, fazendo com que as suas histórias sejam contadas por meio de tais heranças.

Dentro dessa compreensão, nota-se que o valor que é atribuído ao patrimônio está relacionado ao que ele representa para um sujeito ou grupo social. Esse conjunto de bens, que é passado de geração em geração através dos tempos, garante a perpetuação de uma família ou sociedade, no sentido do seu poder sobre determinado espaço, por meio do *status* que ele estabelece (CANANI, 2005, p. 165).

O patrimônio histórico e cultural, como objeto de estudo, não é algo novo a ser considerado dentro das discussões educacionais e historiográficas. Partir do espaço que se ocupa, se apresenta como sendo bastante significativo para uma compreensão mais ampla da história e do nosso próprio reconhecimento. Sua intencionalidade pode ser compreendida à medida que o homem deixa de ser um espectador e passa a tornar-se um sujeito que valoriza e busca saberes e conhecimentos, passando a utilizá-los de maneira crítica. (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 55). Essa busca pelo conhecimento que é atribuída ao sujeito é uma forma dele fazer uso do patrimônio de uma maneira significativa e que o ajude a compreender a sua relação com o espaço que o cerca, também é uma maneira de tornar a história presente em sua localidade algo dinâmico e que pode ser ampliada quando se agrega experiências individuais e coletivas.

Trabalhar com essa temática nos colocou diante de uma série de aspectos importantes a serem considerados e que são inerentes ao patrimônio histórico-cultural, sendo essas questões a memória, a identidade e a própria formação cidadã. Quando falamos na necessidade de estabelecer uma criticidade a respeito do patrimônio e o que ele representa, estamos enfatizando a importância de trata-lo como forma de buscar o valor que ele estabelece diante de diferentes sujeitos, indo além da ideia estática da contemplação, isto é, observando os bens materiais e imateriais como objetos que nos situam dentro de uma sociedade, de onde buscamos o subsídio para compreender o espaço que ocupamos e assim

nos enxergarmos como sujeitos produtores de história e não apenas espectadores, esse processo é realizado a partir do conhecimento, valorização e criação de identidades.

Buscando subsídio na educação patrimonial de forma a compreendermos como os bens materiais e imateriais se relacionam com a sociedade onde eles estão presentes, enfatizando a história local como cenário principal desse estudo, devido o mesmo manter uma relação de proximidade primária com esses sujeitos, isto é, esse espaço representa o lugar de atuação desses sujeitos, onde eles desenvolvem suas relações sociais, estabelecem suas identidades, constroem memórias e afirmam sua cidadania. É nesse cenário tão próximo a nós que as experiências são vivenciadas de forma efetiva porque se parte do abstrato para o concreto (FERNANDES, 1995, p. 46).

A compreensão do lugar que o patrimônio ocupa dentro dessa discussão e como podemos estudar essa temática, contemplando todas as dimensões que ela consegue alcançar, se localizará dentro de uma perspectiva voltada a formação educacional e cidadã. Assim, o trabalho com patrimônio nos coloca diante de questões bastante pertinentes, as quais nos permitem compreender o quão ampla essa temática é. Dentro dessa discussão, existem alguns pontos importantes para serem discutidos, como por exemplo a identidade, a memória e a cidadania.

1.1 IDENTIDADE

A identidade como objeto de estudo não é uma preocupação recente dentro das ciências humanas. A busca por seu entendimento não surge de maneira isolada, já que este estabelece uma relação para a compreensão de outras questões, como a cidadania, a cultura e a memória, além disso, não se pode trabalhar com tal conceito sem considerar a dimensão que ele possui e a forma com que é compreendido ao longo do tempo.

Hall nos apresenta não apenas uma, mas três concepções diferentes de identidade que foram se modificando ao longo do tempo a partir das necessidades que os sujeitos desses períodos apresentavam, sendo a primeira delas o conceito expresso no sujeito do iluminismo, cuja identidade estava baseada na sua racionalização, ou seja, na sua capacidade racional. Posteriormente, a partir do século XIX, com o desenvolvimento da sociologia, o sujeito social passa a estabelecer sua identidade de acordo com a sociedade que ele tem a sua volta e com as relações que ele desenvolve nesse grupo social. Nesses dois momentos distintos podemos perceber que a ideia que se tem sobre a identidade parece bem delimitada e apresenta até uma

certa linearidade, já que os sujeitos estabelecem essa noção identitária em torno de um mesmo padrão, racional ou social, nesses casos. No entanto, após a metade do século XX, observamos uma nova característica nesse sujeito com relação ao estabelecimento de sua identidade, que agora se apresenta como fragmentada, que se modifica com mais rapidez e intensidade e que também está muito mais susceptível a modificar-se. Essas são as características da identidade construída pelo sujeito pós-moderno, que tem na globalização o ponto principal que nos faz compreender a velocidade com que essas transformações acontecem e como isso repercute na transitoriedade do conceito de identidade (2006, p. 10-13).

Como uma forma de compreender essas transformações no entendimento do que vem a se constituir uma identidade, verifica-se que ela:

é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.179)

A identidade tem uma importância muito grande para a compreensão da sociedade que vivemos e do lugar que ocupamos nela, ainda mais quando sabemos do quanto dinâmica é a sociedade e os valores pelos quais ela se apoia. É por meio dessa compreensão que se pode verificar quais representações figuram como decisivas para nossa caracterização enquanto sujeitos provenientes de culturas diferentes, ao mesmo tempo que se observa os pontos que podem ser considerados importantes dentro de nossa produção de saberes, conhecimentos e experiências coletivas e individuais. Silva e Vanderlei Silva nos dizem que “a noção de identidade tornou-se, assim, um dos conceitos mais importantes de nossa época” (2009, p. 202). Essa relevância se dá ao passo que suas questões levantam discussões em muitas áreas das ciências humanas.

A questão da identidade envolve diversos sentidos de análise que buscam verificar um certo padrão dentro de um grupo de pessoas. As características que elas possuem e quais processos foram experienciados para que se chegasse a essa combinação de particularidades, sobre isso, esclarece-se assim que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK apud ROCHA, 2012, p. 4). A função da identidade pode ser compreendida por meio da relevância

que ela desempenha nas questões individuais do sujeito e suas ações que ecoam no grupo social que ele integra. A identidade nada mais é do que “a capacidade que cada um tem de permanecer consciente de sua vida através das mudanças, crises e rupturas” (CHIVA apud CANDAU, 2011, p. 16).

A identidade possui um caráter que dá legitimidade a cultura, práticas e ações aos sujeitos dentro do grupo a que eles pertencem, e é essa questão de pertencimento que podemos ampliar dentro dessa discussão, porque sabemos que ela não possui uma única concepção, ela pode ser discutida em diversos âmbitos, por isso podemos considerá-la dentro da esfera social e cultural para desenvolvermos essa produção. Nesse debate entra uma questão muito importante que é a formação das identidades, como elas podem ser construídas e quais meios podem propiciar essa construção, vale enfatizar que estamos nos referindo às identidades de forma plural, pois como Hall nos chama a atenção:

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis (2006, p. 12-13).

Outra maneira de ampliar a discussão sobre o estudo da identidade está na concepção de Candau que nos mostra um ponto bastante interessante e que nos ajuda a entender quais mecanismos ou situações estão presentes na construção da identidade, apresentando-a a nós como um *estado* e que seu uso deve considerar algumas ressalvas, já que aquilo que constituem as semelhanças que os sujeitos venham a apresentar, não é um sinônimo de *idêntico*, ou seja, não designa sujeitos exatamente iguais, assim, a identidade não serve para classificar pessoas de modo a mantê-las dentro de características exatamente iguais, sendo compartilhadas por todos aqueles inseridos nesse grupo (2011, p. 21-28).

Essa ideia pode ser complementada quando Candau (2011, p.16) aponta que sem a memória não pode haver identidade. É somada à nossa discussão mais uma questão decisiva na construção identitária, porque vemos na investigação sobre a memória, uma possibilidade de entender como o sujeito e suas particularidades são formados. A memória fortalece a identidade de forma individual e coletiva, assim, trabalhando a primeira, está se firmando as bases para que a segunda se constitua.

A necessidade de se pensar em identidade e memória juntas, pode ser verificada quando afirma-se que “a memória é um elemento essencial do que

se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 477). Assim, podemos notar que ambos os conceitos oferecem entre si fomento para a compreensão de sua constituição, o que nos leva a perceber que o trabalho a ser desenvolvido que faça uso desses conceitos-chaves precisam estabelecer essa conexão como forma de ampliar o significado que elas possuem, diferenciando-as e analisando-as conforme suas especificidades.

A necessidade de se tratar da identidade resulta da compreensão de que ela é uma possibilidade bastante interessante para adentrarmos em discussões que permitam que a história tenha um significado diferente. Buscamos na identidade uma nova perspectiva que possibilite realizar observações mais específicas e com um valor distinto a depender do grupo social que se observa. A “palavra-chave é identidade e identificação, pois só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação” (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 65). Adiante veremos o quanto essa ideia é pertinente para nossa discussão, já que a preservação com o patrimônio acontece quando se tem noção sobre sua importância e isso acontece quando passamos a enxergar nesses bens uma ligação.

1.2 MEMÓRIA

A dimensão que a memória ocupa é algo muito importante para ser discutida, uma vez que ela não se localiza somente no passado e suas influências não se encontram apenas em torno do que é individual. Afinal, qual seu alcance e como podemos compreendê-la? A memória será sempre de alguém ou de um grupo, isso lhe confere um caráter compartilhado ou individual. (RICOEUR apud BARROS, 2009, p. 36)

Quanto a seu dinamismo frente às transformações que os sujeitos vivenciam ao longo dos tempos, podemos pensar nessa questão considerando primeiramente um conceito que José Honório Rodrigues (1981) nos apresenta em um de suas obras e que nos coloca diante da necessidade de investigação sobre o caráter que a memória possui. Segundo ele:

[...] a memória é depósito de dados, naturalmente estática, pois configura um princípio de conservação, uma simples reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida animal superior; a Tradição é o respeito à continuidade dos hábitos, costumes e ideias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos; só a história é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento da sociedade (RODRIGUES, 1981, p.48).

Observamos nesse trecho acima que o autor apresenta uma ideia sobre a memória de modo que pode ser compreendida apenas como uma espécie de lugar onde se depositam informações com a finalidade de fazer com que uma situação, cultura, tradição ou qualquer outro tipo de ação seja apenas perpetuada. Não vemos dentro dessa colocação um espaço para que essa mesma memória seja usada de uma forma crítica, dinâmica e que agrega significado àqueles sujeitos pelos quais ela se faz presente. Sobre isso, Barros (2009, p. 40) completa dizendo que “tal concepção de Memória, como o depósito de dados ou a atualização dos vestígios, por vezes imprecisos, já não mais resiste nos dias de hoje à operacionalização no seio das ciências humanas” e que essa memória é o objeto de estudo de uma área conhecida como Memória Social que tem oferecido reflexões pioneiras bastante relevantes para essa área.

Partindo para uma outra observação sobre a memória, adentrando agora no espaço que nos interessa, que é o de percebê-la como elemento constituinte da formação da identidade dos sujeitos. A memória, que pode carregar um caráter mais particular, também pode vir a representar um coletivo, por vezes se associa facilmente às lembranças, nos levando a refletir que ela atende a interesses pessoais e também de poder. Essa perspectiva tão diversa é observada por Park (2004, p. 21) quando nos é dito que “os trabalhos com as memórias portam possibilidades que têm em seus interstícios representações, esquecimentos, mesclas de ‘verdades’ e ‘mentiras’, ou seja, lugares da subjetividade” e isso demanda de nós uma atenção especial no que se refere a maneira de lidar com tantas variantes de interpretações. Le Goff (1990, p. 478) completa chamando nossa atenção para o fato da memória coletiva ser também um instrumento de poder, bem como os meios de produzi-las, que acabam por se manterem à serviço daqueles que estabelecem uma postura de dominação.

A memória, em nossa discussão, nos auxilia a buscar significados para aquilo que a história apresenta, dando um novo sentido ou construindo um a partir da exploração de “lugares de memória”, estes que podem se referir aos locais onde se produz e se armazenam as memórias coletivas, ele também nos fala que a história e a historiografia “vale-se da

Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento” (BARROS, 2009, p. 38).

A memória tem um valor muito importante, no entanto, temos que ter um cuidado grande ao trabalhar com ela para que não caiamos no achismo superficial que coloca a memória num sentido saudosista, como nos alerta Park (2004, p. 21) quando nos diz que é preciso fragmentar todas as expectativas para que o trabalho não venha a promover relativizações com referência ao passado. Essa ideia muitas vezes é usada para que aconteça uma sobreposição de interesses, ou seja, o perigo de não se atentar aos memorialistas está no fato deles fazerem um uso das memórias de modo a atender interesses muito restrito à um grupo.

A memória é um recurso interessante para ser trabalhado, não no sentido de ser cultuada ou tratada como verdade de onde não se pode questionar ou ressignificar nada, o que ela pode nos oferecer é uma visão de certos espaços que não conseguimos compreender, ou seja, uma visão que se baseia em experiências e vivências carregadas de marcas que se referem a determinados grupos e que servem para que possamos ter um entendimento sobre uma situação específica.

1.3 CIDADANIA E FORMAÇÃO CIDADÃ

O conceito de cidadania pode ser compreendido à medida que pensamos sobre a vida em sociedade, isto é, seu significado se relaciona ao desenvolvimento humano diante das relações sociais que são estabelecidas. Assim, a cidadania:

comumente é reconhecida como um processo em construção, relativo à condição de vida do homem e da mulher, que historicamente incorporou uma gama de pressupostos, entre os quais o direito à vida, os direitos políticos (participação), os direitos sociais ao bem-estar (saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, previdência, assistência social) (COUTINHO, 2006, p. 107).

A Constituição Federal de 1988¹ trata como cidadão aquele sujeito que tem direitos e deveres, sejam eles individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Para que as pessoas possam exercer sua cidadania é necessário que esses pontos sejam garantidos a todos, assim, a educação será o principal meio pelo qual ela será afirmada.

¹ Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp, acesso em 8 de junho de 2021.

Destinando uma atenção especial para a questão do exercício da cidadania como resultado da efetivação de práticas culturais, buscaremos na educação um dos caminhos possíveis para trabalhar essa relação, mais precisamente na educação patrimonial já que ela “aparece como instrumento que garante o direito à memória e a cidadania” (ZENON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 64).

Se buscaremos nas práticas educativas o respaldo necessário para refletirmos sobre a formação de sujeitos efetivamente cidadãos, precisamos pensar inicialmente no espaço onde isso vai acontecer e qual o seu diferencial para que se permita isso. A escola é, com toda certeza, o espaço onde muitas bases são firmadas, onde a diversidade oportuniza a aquisição de um pensamento mais apurado sobre o espaço que ocupamos. Padilha (2001) nos diz que é a escola que viabiliza a cidadania tanto das pessoas que estão nela, quanto das pessoas que passam por ela, assim, vemos uma abrangência que nos permite perceber que seu alcance é de fato grande. Ele ainda completa afirmando que:

Ela não pode ser uma escola em si e para si. Ela é cidadã na medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade, que brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que não pode ser jamais licenciosa nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (PADILHA apud ZAMBON e ARAÚJO, 2014, p. 179)

Essa concepção é bem completa no sentido de entendermos o papel desempenhado pela escola, ainda mais quando observamos que essa colocação é ampliada quando inclui um outro conceito também bastante importante que é a noção de democracia. Podemos resumir essas ideias e entendê-las da seguinte forma: a cidadania é um exercício o qual todos têm direito e para que isso torne-se concreto é preciso ações viabilizadoras, como é o caso da educação patrimonial, que pode ser um agente importante nesse processo, por fim, o cenário onde isso acontecerá é a escola, que é um ambiente intencionalmente propício.

Para deixarmos essa questão compreendida e não cairmos no errôneo pensamento de que apenas essas condições bastam para a criação de uma situação onde a cidadania é trabalhada, é necessário eliminar as distâncias entre o que se é falado e registrado em papeis e entre aquilo que verificamos na prática, no nosso cotidiano, ou seja, “todos os envolvidos com a temática da Cidadania tem a missão de fomentar ideias práticas para que esse aparato não seja mais um apanhado de belas palavras que ora ou outra são consultadas [...]” (SACRISTAN, 2000, p. 41).

A cidadania, nessa concepção, é algo que deve estar sempre evidenciada num trabalho constante, afim de torná-la uma prática efetiva, modificando-se no plano concreto como uma maneira de ser ampliada e aprimorada.

1.4 RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, FORMAÇÃO DA IDENTIDADE, CIDADANIA E O PATRIMÔNIO

Os sentidos que um patrimônio estabelece dentro de uma sociedade servem para que possamos refletir sobre os valores por ela considerados, quais narrativas se busca evidenciar, manter ou preservar. Um patrimônio não é apenas uma construção ou algo que existe em forma de herança e que vai servir para a perpetuação de um estilo de modo de viver ou pensar. Ele representa o “elemento fundamental para a constituição de determinada identidade” (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 45).

O que está sendo discutido nesse momento é a relação que as pessoas e seus determinados grupos conseguem estabelecer com os patrimônios que a cercam e qual o significado que isso tem para elas. É uma questão bastante profunda e que exige de nós uma atenção especial com relação aos elementos que serão considerados nessa discussão. Quando falamos desses elementos que estão presentes, estamos falando justamente da memória, de identidade e de cidadania. Os três aparecem juntos aqui como pontos centrais dessa discussão porque ocupam um espaço muito próximo na vida das pessoas.

A identidade se relaciona com o patrimônio a partir do momento em que esta estabelece algum tipo de ligação, havendo um tipo de representação, isto é, o patrimônio poderá ser compreendido por meio de um vínculo mantido com o sujeito, esse vínculo traz consigo marcas identitárias. De acordo com Cruz (1993) “a identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo”. Isso configura um sentimento de pertencimento, que é o que vai oferecer uma compreensão mais próxima do grupo social que pretende-se estar inserido.

A memória é importante nesse processo por ser ela quem vai evocar todos esses significados, ela “legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, ao patrimônio” (MARTINS apud RODRIGUES, 2017, p. 4). Sendo assim, não podemos negligencia-la dentro dessa discussão, uma vez que seu valor é bastante significativo e decisivo para nossas observações.

A memória e a identidade são pontos bastante pertinentes quando discutimos a cidadania e os processos que a possibilitem. A formação cidadã reside nas ações que são realizadas e que têm como objetos de estudo aquilo que está no dia a dia das pessoas e que estabelecem uma proximidade com elas. É buscando nas memórias que encontraremos o valor que nos fará agir em conformidade para mantê-lo. A história, nesse sentido, estará sendo utilizada para o trabalho com vínculos, significados e sentidos de pertencimento, ao mesmo tempo será trabalhada a criação de identidades a partir da observação das já existentes.

2 PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE GRAVATÁ-PE

Gravatá está localizada na região Agreste do Estado de Pernambuco, mais precisamente no Agreste Central, a aproximadamente 84 km da capital Recife. Seu nome tem origem indígena: *Karawatã*, que significa “mato que fura”, é utilizada para caracterizar uma planta do gênero das bromélias, também chamada de *caraguatá*, *caroatá*, *coroá* e finalmente, *gravatá*, que são muito recorrentes na geografia da região (FARIAS, 2013, p. 19-20).

Figura 1: “Pé” de gravatá.



Fonte: acervo da autora

Em 1808 chegava ao Agreste Central de Pernambuco José Justino Carreiro de Miranda², fundando aqui uma fazenda que recebeu o nome de Fazenda Gravatá, tendo como finalidade servir como ponto de apoio e hospedagem para viajantes e comerciantes de produtos como couro, carnes salgadas, sal, açúcar e rebanhos bovinos que cruzavam essa região em direção ao sertão pernambucano, já que o acesso ao interior do Estado era difícil, devido à ausência de transportes ou até mesmo de estradas, assim, a principal rota era o Rio Ipojuca, desse modo, esses viajantes faziam parada nessa localidade para se hospedarem e ser possível a continuação da viagem, além disso, o gado precisava descansar para não perder peso (FARIAS, 2013, p. 19).

Havia uma constante movimentação na então fazenda, isso fez com que ela fosse se transformando, crescendo e atraindo pessoas. Assim, em 1810, surgiram dois arruados, um

² Segundo Farias (2013, p. 19), Justino Carreiro de Miranda era um mercante que teria vindo do sertão, possivelmente de Lagoa de Baixo, uma região próxima à bacia do rio Pajeú.

em cada margem do rio, seguido do início da construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Sant'Ana, que só foi concluída 12 anos depois por seu filho João Félix Justiniano, elevada em 1857 à categoria de Matriz. Farias ainda nos mostra o percurso pelo qual a fazenda passou até que assumisse o *status* de cidade:

Em 1875 foi criada a freguesia de Gravatá [...], elevada à categoria de vila em 1881 [...], em 13 de maio de 1884 a sede do município foi elevada à categoria de cidade [...], porém sua emancipação política só veio ocorrer após a Proclamação da República em 1889, pela Lei Orgânica dos Municípios, em 15 de março de 1893 (p. 21).

Esta região contava com a presença de viajantes e tropeiros que cruzavam o Estado em direção ao interior e como haviam fazendas e casas no decorrer do caminho pelo qual esses viajantes passavam, circulavam mensagens e informações principalmente acerca do que acontecia próximo à capital. “Mesmo numa época onde as distâncias eram bem maiores entre as sociedades urbanas e rurais, Gravatá teria assimilado os acontecimentos do país”. Esse fluxo de ideias foi muito importante para que as pessoas que viviam nessas terras pudessem ter conhecimento sobre o momento que o Brasil passava. Foi dessa forma que Gravatá se manteve atenta a processos importantes que estavam acontecendo país a fora, como foi o caso da Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) (FARIAS, 2013, p. 26).

Com o desenvolvimento da cidade, percebe-se, através das fontes, que houve a construção de algumas edificações importantes que vão caracterizando o espaço urbano, organizando-o e deixando marcas pelas quais podemos compreender a história de determinado espaço. Isso é possível porque a investigação sobre a construção desses espaços remonta uma época, uma situação ou um período, “por isso estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura” (SÁ apud CEBALLOS, 2005, p. 3).

Há uma grande dificuldade em encontrar registros documentais que nos ajudem a compreender com mais objetividade a história da cidade, isso se deve a perda de documentos devido uma enchente que acometeu a cidade em 2006, nessa ocasião, Gravatá deixou de contar com documentos que falavam sobre sua história, posterior a isso, como resultado de muito empenho de pessoas que “conseguiram reunir junto às igrejas e dioceses, cartórios, prefeituras e, principalmente, através de entrevistas, conversas e relatos que foram preservados de pai para filhos e netos, de moradores mais antigos”, esse esforço resultou na

produção de documentos e alguns poucos livros escritos em anos posteriores (FARIAS, 2013, p. 20). Esse relato faz com que percebamos uma lacuna profunda presente no que se refere ao cuidado com a história local, onde uma situação que poderia ter sido evitada ou minimizada, de modo a poupar os registros sobre a história de Gravatá.

Os patrimônios que serão trabalhados nesse capítulo foram selecionados a partir de um recorte que nos ajudará a compreender alguns aspectos da história de Gravatá, o papel que desempenham, bem como um pouco da sua história a partir das fontes disponíveis. Tal recorte nos possibilitará um entendimento acerca de alguns pontos da história local e como podemos considera-la numa perspectiva de trabalho com a educação patrimonial. Essa concepção se faz importante para que consigamos lançar uma semente de possibilidade sobre ações que atuem de modo a preservar tais patrimônios como espaços de memória e estabelecimento de identidades, enquanto sejamos levados a refletir sobre a necessidade dessas ações como sendo significativas dentro da perspectiva de uma formação cidadã. Assim, os patrimônios materiais que serão discutidos são: a Estação do Artesão, o Memorial de Gravatá e a Linha Férrea que corta a cidade, e o patrimônio imaterial será a Banda Musical XV de Novembro.

2.1 A SOCIEDADE MUSICAL XV DE NOVEMBRO

A história da Banda Musical XV de Novembro pode ser contada paralelamente à da cidade, principalmente porque esse conjunto musical nasce praticamente ao mesmo tempo que a recém emancipada Gravatá (a emancipação da cidade aconteceu em 15 de março de 1893 e a banda XV de Novembro, como conhecemos hoje, foi fundada no ano seguinte). A escritora gravataense Fernanda Tavares Farias (2013) que escreveu o livro *“Banda XV de Novembro presente em todos os momentos na história de um povo”*, nos apresenta duas versões sobre a origem da banda, sendo a primeira delas o resultado da formação de uma banda chamada “Banda do Republicano”, que era constituída por amigos e 14 filhos e filhas de uma importante personalidade que residia na cidade de Gravatá.

Essa personalidade era Lourenço Lins de Araújo, extremamente ativo em prol da instauração da república, tendo criado a banda em 15 de Novembro de 1889 para comemorar a Proclamação da República instituída por Marechal Deodoro da Fonseca, no entanto, passados alguns poucos anos, após uma discussão, a banda passa por uma cisão e alguns filhos e músicos da Banda do Republicano deixam o conjunto e fundam o que viria ser a Banda XV de Novembro, oficializada por meio do Decreto Municipal em 15 de novembro de

1894, mesmo dia da posse do primeiro prefeito eleito de Gravatá: Antônio Avelino do Rêgo Barros. (FARIAS, 2013, p. 32-33).

A segunda versão acerca da fundação da Banda XV de Novembro é contada pelo historiador gravataense Alberto Frederico Lins Caldas, que registrou essa outra versão em uma de suas obras no ano de 1965. Nessa segunda narrativa é contado que:

Em 1894, era fundada em Gravatá a Banda Musical 15 de Novembro. Desde 1875, quando a paróquia mourejava para atingir a plenitude, que um pequeno conjunto alegrava as poucas festividades locais [...]. Sem apoio oficial a não ser o apoio dado pelo povo nos aplausos e sugestões e assim mesmo ia vingando aquele pugilo, até fundir-se em 1894, num só corpo homogêneo, inaugurado com o pomposo nome de “Sociedade Musical XV de Novembro”, o qual sem interrupção há 66 anos servindo à cidade (CALDAS apud FARIAS, 2013, p. 34).

Nesse trecho, diferente do primeiro, não vemos uma referência à Banda do Republicano, nem ao avento da cisão que supostamente dera origem a Banda XV de Novembro. Inferimos nesse trecho que o conjunto musical foi se firmando na cidade por meio da participação nos festejos locais, principalmente os de caráter religioso. No entanto, o historiador Frederico Lins Caldas nos conta que em 1857 já havia uma conjunto musical que participava dos festejos da região, no entanto não há registros que nos permitam conhecer mais a respeito dessa banda (CALDAS apud FARIAS, 2013, p. 29).

A compreensão sobre a história da Banda XV de Novembro é muito pertinente para que possamos entender sobre as questões políticas da cidade, uma vez que sua atuação se dá de maneira muito próxima a esses processos políticos, um exemplo disso são alguns membros que passaram pela diretoria da banda e que eram prefeitos da cidade, como foi o caso de Aarão Lins de Andrade e José Primo de Oliveira, que exerceram a função de presidente da banda entre 1934-1936 e 1938-1939, respectivamente. Farias nos aponta que essa situação foi uma das formas existentes para que a banda conseguisse existir ao longo dos anos, principalmente pela questão financeira. Em mais de um século de existência, a colaboração dos mais de 40 prefeitos que assumiram o governo municipal foi decisiva para que a banda conseguisse se manter e fosse o que é hoje (2013, p. 41-47).

A Sociedade Musical XV de Novembro é uma instituição muito querida pela população gravataense porque a história da cidade se desenrolava ao mesmo passo da história da banda. O crescimento da cidade, as grandes obras que modernizaram Gravatá e até mesmo o hino escrito em 1981, uma parceria entre a professora Maria José de Carvalho (letra) e um de seus maestros mais famosos: Manoel Pereira, conhecido popularmente por Manoel

Bombardino – apelido que ganhou devido um dos instrumentos que tocava – foi o responsável pela música (FARIAS, 2013, p. 73-74).

O conjunto musical também tem uma participação considerável na questão social da cidade, isso devido ao fato de oferecer a oportunidade para diversos jovens e adultos ingressarem na música, por meio de aulas gratuitas e com instrumentos doados. O processo para integrar a banda é iniciado por meio da Escolinha de Música Manoel Pereira – o nome é uma homenagem ao maestro Manoel Bombardino – e segue algumas etapas:

O processo inicia-se com teoria musical onde o aluno terá que se apresentar ao instrutor com um caderno de música. Após o término o aluno é encaminhado para parte prática, onde terá contato com o instrumento inicializando a fase do conhecimento e estudo de aperfeiçoamento do instrumento que foi designado para o mesmo. Após essa etapa, o aluno terá a junção do estudo prático com o teórico, onde ele receberá algumas canções, dobrados e músicas para estudar. Tendo o aluno um conhecimento considerável, tanto com a teoria como a prática, será encaminhado aos ensaios da Banda Musical. Com o entrosamento e conhecimento mais apurado do aluno, o Maestro ou Regente da Banda lhe concederá a inclusão ao corpo da Banda, onde o aluno ganhará fardamento para participar das apresentações e encontros da Banda³.

Figura 2: Formação atual da Banda XV de Novembro



Fonte: acervo da Sociedade Musical XV de Novembro, 2017.

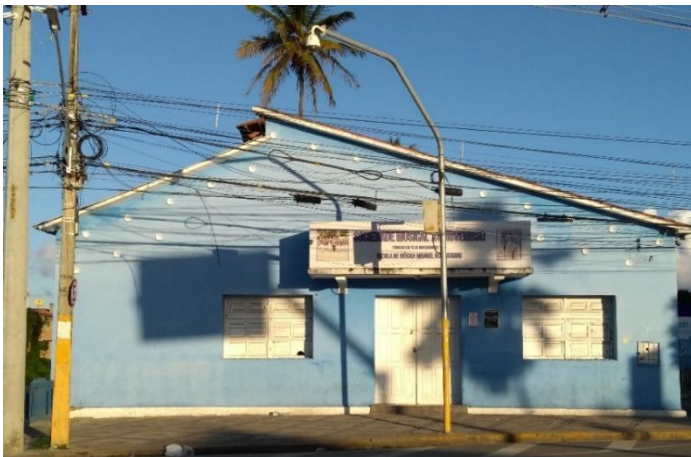
Na figura acima, podemos ver o Maestro Adelson Pereira (lado esquerdo, vestindo terno branco), que é filho do consagrado Maestro Bombardino. Adelson é uma figura muito querida pela população de Gravatá por dar continuidade com muita dedicação ao trabalho que o pai realizou. Bombardino foi um dos principais maestros da Banda XV de Novembro, se destacava por seu talento e amor pela música.

³ Disponível em <https://bandaxvdenovembro.webnode.com/escola-de-musica/>, acesso em 3 de julho de 2021.

Essa oportunidade de estudar com músicos tão exímios que fazem parte da banda e poderem realizar isso numa cidade do interior é realmente algo de muita importância. O trabalho desenvolvido pela Sociedade Musical XV de Novembro resultou em diversos nomes de novos músicos com notória carreira em diversas corporações militares do país, tais como “o exército, marinha, aeronáutica, polícia militar, unidades de corpo de bombeiros, orquestras sinfônicas e bandas marciais de vários recantos do território nacional” (FARIAS, 2013, p. 63). Inclusive, possibilitar que esses músicos façam parte de corporações como essas é uma das intenções da Banda, que ainda tem como objetivos:

- 1º) socializar crianças e jovens através de sua escolinha de música, que funciona na própria sede, com apoio de músicos desta sociedade;
- 2º) preparar músicos para a renovação do efetivo da Banda 15 de Novembro;
- 3º) apoiar os seus músicos que buscam conquistar o seu espaço noutras organizações musicais, principalmente das Forças Armadas, que é o sonho de realização de sua grande maioria⁴

Figura 3: Sede da Sociedade Musical XV de Novembro



Fonte: acervo da autora

A sede da Banda XV de Novembro fica localizada na Rua Nova Descoberta, no centro de Gravatá, ao lado da Praça Aarão Lins de Andrade. Atualmente a banda conta com 38 músicos sob o comando do maestro Adelson Pereira (filho do ex-maestro Manoel Bombardino). Em 2017 a Sociedade Musical recebeu do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (CPPC) o título de patrimônio vivo de Pernambuco⁵. Esse reconhecimento é importante porque ressalta o valor histórico e cultural que a banda possui

⁴Disponível em <https://sociedademus15denovembrogravata.wordpress.com/sobre/>, acesso em 3 de julho de 2021.

⁵Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/culturapopular/sociedade-musical-xv-de-novembro-patrimonio-vivo-de-pernambuco/>, acesso em 7 de junho de 2021.

não apenas para Gravatá, mas para o Estado todo, como também significou o incentivo por meio de ações formativas em prol do conjunto, juntamente com a oportunidade de gravação de um álbum.

Desde seu primeiro maestro até os dias atuais, a Sociedade Musical XV de Novembro se configura como sendo uma das bandas mais tradicionais e antigas do Estado de Pernambuco. Sua história acontece ao mesmo tempo que a história política, social, cultural e econômica. Analisá-la representa partir de uma visão diferente e encontrar nas raízes desse conjunto musical ideais e memórias de diversas gerações que a acompanharam e que enxergam-na como sendo um dos símbolos de Gravatá, chamada carinhosamente de “a fina flor do Agreste”.

2.2 O MEMORIAL DE GRAVATÁ

Localizado na Rua Cleto Campelo, Centro, o Memorial de Gravatá é um patrimônio material bastante importante através do qual podemos compreender passagens da história municipal ao longo do tempo. O prédio foi construído em 1911, pelo então prefeito Joaquim Didier, para cumprir a função de servir como a cadeia pública, finalidade essa que foi desempenhada até a década de 1980⁶.

Figura 4: Memorial de Gravatá



Fonte: acervo da autora

⁶ Fonte: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/onde-ir/>, acesso em 12 de junho de 2021.

Enquanto cadeia pública, o edifício foi palco de lutas que representavam um pouco dos cenários existentes em outras partes do Brasil. Gravatá, embora sendo uma cidade do interior, sempre esteve atenta a tudo que se passava no restante do país. Um exemplo claro disso foi o que aconteceu em 18 de fevereiro de 1926, quando:

o então Tenente do Exército Brasileiro Cleto Campelo da Costa Filho, organizou uma coluna com 11 homens saindo do Recife com o objetivo de arregimentar outros adeptos e ir ao encontro da Coluna Prestes, movimento insurreto que percorria o país na época. Ao chegar em Gravatá, o grupo já contava com 120 seguidores e dirigindo-se à cadeia pública, encontrou forte resistência, travando-se então um tiroteio no qual o chefe revolucionário veio a falecer (FUNDARPE, 2014, p. 77).

Esse acontecimento deixou marcas muito significativas na história da cidade, pois o movimento tenentista chega à Gravatá. Isso é lembrado até os dias atuais, uma vez que a rua recebeu o nome do Tenente Cleto Campelo e suas ideias, como por exemplo a de “só merece a liberdade quem tem a coragem de lutar por ela”, ainda fazem parte do imaginário e da memória local.

Em 1985 o prédio da antiga cadeia pública municipal passou a ser a Casa da Cultura Pastor Rosalino da Costa Lima, no entanto, apenas 27 anos depois o edifício recebeu uma reforma que ajudou a melhorar sua estrutura para que ela pudesse receber de forma mais organizada e apropriada, tornando-se “um espaço para guardar as memórias do povo gravataense, através de um rico acervo de documentos, fotografias, móveis e objetos que registram o dia-a-dia do passado histórico das pessoas e da cidade”⁷.

Como podemos observar na imagem anterior, o prédio atualmente é pintado com as cores azul e amarelo, uma característica da questão político-partidária da cidade. É muito comum os patrimônios da cidade receberem as cores do governo atual

Figura 5: Retratos dos prefeitos de Gravatá presentes no Memorial



Fonte: acervo de Marina Braga⁸

⁷ Fonte: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/onde-ir/>, acesso em 12 de junho de 2021.

⁸ As fotografias correspondentes às figuras 5, 6, 7 e 8 foram retiradas de <https://maps.app.goo.gl/rZpTMZc5T6KBvGjZ8>, acesso em 5 de julho de 2021.

Figura 6: Busto de Justino Carreiro de Miranda



Fonte: acervo de Jéssica Menezes

Figura 7: Objetos do cotidiano das famílias antigas de Gravató



Fonte: acervo de Marina Braga

Figura 8: Painéis com informações sobre alguns pontos da cidade e abaixo, livros e objetos antigos.



Fonte: acervo de Marina Braga

Como observado nas imagens anteriores, podemos ver um pouco do espaço interno e do acervo do Memorial. Muitas das peças que ele expõe é adquirida por meio de doações das famílias da cidade, principalmente aquelas que residem em Gravatá há muitas gerações. Assim, desde uma xícara de porcelana aos retratos dos prefeitos gravataenses, podemos compreender a estrutura social do município, o desenvolvimento das atividade econômicas e a própria modernização, já que os objetos também são importantes para compreendermos a história.

A partir de 2002 inaugurou-se o Memorial de Gravatá, funcionava ainda, nesse mesmo espaço, a Biblioteca Municipal (atualmente situada num dos casarios seculares da Avenida Joaquim Didier). A antiga Casa de Câmara e Cadeia foi tombada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) em agosto de 1983 como sendo um patrimônio material do Estado.

2.3 ESTAÇÃO DO ARTESÃO

A Estação Ferroviária de Gravatá, localizada na Rua João Pessoa, no centro da cidade, foi inaugurada oficialmente em 2 de janeiro de 1894, nessa data chegava à cidade o primeiro trem, isso dez anos após o início da construção da Estrada de Ferro da Great Western, que ligava o Recife ao interior pernambucano. Sobre esse importante marco para Gravatá, Caldas

(1993 apud FARIAS, 2013, p. 36) nos revela que tal acontecimento foi muito comemorado pelos moradores locais e também pelos cidadãos de cidades vizinhas, como Bezerros e Caruaru, que vieram para Gravatá afim de contemplarem a culminância de um processo que era tido como muito promissor por trazer progresso para a região, diminuindo distâncias e colocando a cidade num estado de melhor localização.

Figura 9: Fotografia atual da Estação do Artesão



Fonte: acervo da autora

A Antiga Estação Ferroviária Municipal recebeu trens com passageiros por mais de um século, sendo esta atividade se encerrado em 1996, mais foi no ano 2000 que as atividades ferroviárias destinadas à estação foram definitivamente cessadas. No ano seguinte, em 2001, a estação passa por uma reforma e recebe uma nova finalidade: abrigar a Associação de Artesãos de Gravatá, desse modo, nascia assim a Estação do Artesão, espaço destinado para a exposição e comercialização do artesanato local⁹. Esse espaço abriga uma grande variedade da produção artesanal local, é bastante conhecida na cidade por reunir em um só lugar o trabalho de diferentes artesãos.

Na imagem seguinte podemos ver a Estação do Artesão atualmente, e como podemos perceber, recebeu uma nova pintura no ano passado. É um patrimônio material da cidade que passa por reparos constantemente, ao menos na parte externa, isso confere a esse bem um destaque, por apresentar uma estrutura que se mantém preservada. Como tem a função de servir como ponto de comercialização do artesanato local e contar com a Associação dos Artesãos, esses investimentos trazem um retorno financeiro para os trabalhadores desse local e para o próprio município.

Fonte: <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/onde-ir/>, acesso em 12 de junho de 2021.

Figura 10: Esculturas feitas de barro



Fonte: <http://estacaodoartesaogravata.blogspot.com/p/artes-da-estacao.html>

Figura 11: Artesanato feito em tecido



Fonte: <http://estacaodoartesaogravata.blogspot.com/p/artes-da-estacao.html>

Figura 12: Artesanato em fibra de bananeira



Fonte: <http://estacaodoartesaogravata.blogspot.com/p/artes-da-estacao.html>

Os membros da Associação de Artesãos de Gravatá, que têm como sede a Estação do Artesão desenvolvem trabalhos manuais a partir de diversas matérias-primas, tais quais “móveis em madeira, arte em vime – móveis e objetos de decoração – bonecas de pano ‘bonequinha da sorte’, painéis de barro, objetos em bronze e alumínio, couro, cestaria e traçados e peças em cerâmicas” (FUNDARPE, 2009, p. 64-65). Além desses tipos de materiais, também são confeccionados artesanatos em gesso, fibras de origem vegetal, barro, MDF, metal, vidro, parafina, tecidos e materiais recicláveis.

Muitos dos artesanatos da cidade são conhecidos fora do Estado de Pernambuco e também no exterior, como é o caso das “bonequinhas da sorte”, um trabalho manual extremamente delicado que foi criado pela artesã Nilza Bezerra, consistindo na confecção de uma pequena boneca – aproximadamente 1,5 cm – a partir de retalhos de tecido. Essa bonequinha é um dos símbolos do artesanato de Gravatá, ela é tão importante que em 2019 a cidade recebeu da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) o título de “Capital da bonequinha da sorte”.¹⁰

Figura 13: Bonequinha da sorte, artesanato tradicional de Gravata-PE



Fonte: SECOM Gravatá, 2019.

A Estação do Artesão conta com mais de 30 profissionais que, por meio da associação, desenvolvem seus trabalhos e recebem apoio da prefeitura. Com a participação e colaboração financeira de todos os associados, o espaço da Antiga Estação Ferroviária é mantido. Esse espaço é um dos pontos turísticos mais conhecidos e visitados da cidade.

¹⁰ RESOLUÇÃO Nº 1.574, de 29 de ABRIL de 2019, disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=43577&tipo=>, acesso em 16 de junho de 2021.

2.4 A LINHA FÉRREA (TRECHO RECIFE-GRAVATÁ)

A construção da Estrada de Ferro Great Western que se “iniciava no bairro de Afogados, no Recife, próximo à Casa de Detenção (atual Casa da Cultura), passando por Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, terminando em Caruaru” em 1881 (TEIXEIRA, 2016, p. 10) se mostrou um desafio quando se chegou diante do acesso ao município gravataense. A geografia da região representava uma barreira a ser enfrentada, desafio esse que já fazia parte da vida dos comerciantes e boiadeiros que subiam a Serra das Russas em suas viagens com destino ao sertão. Para superar essa dificuldade existente devido às questões naturais, eram necessários estudos mais precisos, uma vez que a linha férrea atravessaria uma área de terrenos repletos de montanhas (FUNDARPE, 2014, p. 87), assim ficou à cargo do geólogo John C. Branner a realização de um estudo sobre a natureza geológica da região, enquanto o projeto dos túneis, viadutos e pontilhões ficou sob a responsabilidade do engenheiro Eugênio de Melo (FARIAS, 2013, p. 35). O resultado desse trabalho foi um projeto muito moderno que representou o desenvolvimento de cidades antes consideradas de difícil acesso, além disso, Teixeira (2016) pontua que:

Em resumo os benefícios gerais trazidos pela Great Western foram o barateamento das tarifas, desenvolvimento graças ao fluxo de trabalhadores, mercadorias e estudantes. Já os benefícios específicos para carga estão relacionados a mais capacidade para o carregamento, pois cada vagão de carga transporta o equivalente a três caminhões (p. 16).

Caldas (1993 apud FARIAS, 2013, p. 36) nos relata que o advento da chegada do trem em Gravatá foi algo bastante comemorado e que a cidade se organizou em torno desse acontecimento de modo a realizar uma grande festa. Como já mencionado nessa produção, as atividades ferroviárias aconteceram no município entre os anos de 1894 e 1996. Atualmente a linha férrea Recife-Gravatá é tombada pela FUNDARPE por meio do Decreto nº 11.238, assinado em 11 de março de 1986. (FUNDARPE, 2014, p. 87).

A importância que esse patrimônio material tem, tanto para a história da cidade, como para a história do Estado é realmente considerável. Preservá-la significa reconhecer sua contribuição além de proporcionar uma análise em muitos aspectos do meio pelo qual o desenvolvimento no interior pernambucano aconteceu e como todo esse processo não se restringe apenas à cidade em questão, Gravatá, mas toda a região em seu entorno. Atualmente, embora sendo um patrimônio tombado, o trecho da linha férrea que atravessa a cidade não

recebe o cuidado necessário, o que faz com que a população não tenha conhecimento do seu valor histórico.

Um exemplo bastante pertinente diz respeito a retirada de parte da linha férrea localizada no centro da cidade, no ano de 2015. A retirada causou discussões na sociedade gravatense no que se refere ao poder que a prefeitura tem sobre alguns patrimônios tombados da cidade e qual o seu papel diante deles. As discussões não duraram muito tempo e logo foi esquecida. Esse trecho que vemos na imagem a seguir já não faz mais parte da paisagem urbana do centro da cidade.

Figura 14: Retirada de parte da linha férrea no centro de Gravatá



Fonte: Prefeitura de Gravatá, 2015¹¹

¹¹ Disponível em, <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/05/prefeitura-de-gravata-retira-pontilhao-tombado-durante-obra-de-mobilidade.html>, acesso em 16 de junho de 2021.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO EM GRAVATÁ-PE

A educação tem como uma de suas finalidades a de formar cidadãos conscientes do papel que desempenham e daquilo que podem vir a construir. O espaço que o aluno ocupa é primordial para o seu processo educativo, já que o papel social que ele vai desenvolver terá como cenário esse espaço, além disso, as relações que ele estabelece em sua vida acontecem nessa mesma localidade. Muitos trabalhos educativos têm uma função que vai além da pedagógica, esta função que se verifica tem um valor para a sua formação cidadã, além de estabelecer conexões com as quais será possível a criação de identidades que os definam. Nesse contexto, ações pautadas na educação patrimonial têm um papel decisivo e as suas práticas podem oportunizar o acesso a um ensino de história mais significativo e transformador. Para entendermos o que é educação patrimonial, podemos analisá-la da seguinte forma:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 2014).

Verifica-se que o trabalho com a educação patrimonial busca proporcionar experiências de afirmação, valorização e compreensão sobre seus patrimônios, de modo a prepará-los para usufruir desses bens culturais ao mesmo tempo que os prepara para serem produtores de novos conhecimentos. Verifica-se uma prática que busca executar ações de forma continuada, com a preocupação em preparar as futuras gerações para o exercício da valorização de seus patrimônios, bem como sua própria produção cultural. Para que essa intencionalidade seja cumprida, é preciso evidenciar os espaços de atuação desses sujeitos, para que sirva como suas uma de suas referências e eles sejam capazes de identificar nessas localidades uma importância que lhes verifica como cidadãos.

Um patrimônio cultural não é algo de interesse de uma única pessoa, sua importância é válida para uma coletividade pois esses bens referem-se a valores, cultura, história, identidade e memória desse grupo de sujeitos (FUNDARPE, 2009, p. 16). Quando falamos em preservar, não estamos retirando as contribuições que as pessoas da sociedade atual podem atribuir ao patrimônio, pelo contrário, espera-se que novas contribuições sejam somadas e que isso ofereça novos sentidos aos patrimônios.

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL

A importância do trabalho com a educação patrimonial deve ser antecedida por uma necessidade ainda mais crucial: a compreensão sobre a função da história e como ela é percebida na vida da sociedade. Florescano (1997, p. 67) nos coloca que “a função da história é dotar de identidade a diversidade de seres humanos que formavam a tribo, o povo, a pátria ou nação”. Nesse sentido, percebemos uma pluralidade em seu sentido, já que se considera a presença de uma diversidade de sujeitos e situações envolta nessa questão.

Dentro dessa discussão também é pertinente observarmos o papel que os diferentes sujeitos apresentam, afinal a história é viva e constituída por pessoas. Miranda (2016, p. 32) nos explica melhor essa questão nos apresentando o conceito de sujeitos históricos, que segundo ela “são todos aqueles que, por meio de suas ações, participam do processo histórico, seja de maneira consciente ou não. Todos nós somos sujeitos da história e, diariamente, interferimos nos rumos da história”. Compreender essa ideia é importante porque por meio dela poderemos perceber a dinamicidade da história, ao mesmo tempo que somos levados e pensar sobre o espaço que ocupamos em seu contexto.

O que espera-se do ensino de história é que ele contribua para a formação dos educandos de modo a desenvolver junto a eles uma consciência crítica e que possibilite a sua formação enquanto cidadãos. Isso será possível a partir do momento que esse ensino for tratado por meio de uma abordagem que se distancie do sistema de *nomes-datas-lugares*, o tipo de metodologia que Fernandes (1995, p. 48) chama de “tradicional, descritiva, factualista, cronológica e pitoresca”, ou seja, um ensino cujas experiências dos alunos não são consideradas e que a história se encontra distante. Monteiro (2001) diz que na realidade:

as aulas de História são um espaço privilegiado onde a leitura de mundo, que cada aluno faz, mesmo que de forma bastante incipiente, calcada no senso comum seja ampliada e criticada num processo em que ele deve ser considerado pelo professor um interlocutor ativo (apud MIRANDA, 2016, p. 36)

Depois de analisarmos rapidamente o papel da história e onde nos localizamos em relação a ela, ou seja, que lugar ocupamos, somos levados e refletir sobre o espaço concreto onde ela se desenvolve. Fernandes (1995) nos coloca diante de uma situação bastante significativa para considerarmos: a ausência de referenciais próximo ao cotidiano das pessoas, isso quer dizer que as ações, práticas e discussões presentes em nosso dia a dia centram-se

numa perspectiva distante da realidade das pessoas, as quais elas não conseguem perceber em suas vidas. Isso leva a um fenômeno de silenciamento das histórias que estão mais próximas aos sujeitos e que tenham uma pertinência para suas vidas. Um caminho a ser trilhado para superar essa barreira está na construção de uma prática educativa conscientizadora. Sobre isso, Freire (1980), explica da seguinte forma:

A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou transformar o mundo que caracteriza o homem (p. 26).

Esse espaço para a conscientização pode ser trabalhado de diversas maneiras, neste caso, apontamos a instrumentalização da educação patrimonial, que vai fazer com que os educandos tenham uma compreensão mais apurada do espaço que ocupam, e essa história local que se pretende abordar é uma “história que resgate as peculiaridades e especificidades regionais e dê conta da pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica” (FERNANDES, 1995, p. 46). Complementando essa ideia, podemos entender que “o espaço entre o ponto onde estamos e, reconhecido como cidade, fronteira ideia de nação, encontra-se como ‘espaço vazio’ a ser preenchido pela identificação histórica” (MACHADO, 2014, p. 15), diante disso percebemos que realmente existe uma lacuna a ser preenchida, é nesse espaço que a história local reside.

Essas questões podem ser concretizadas por meio da utilização de ações pautadas na educação patrimonial. Nesse quadro, a história local seria o cenário primário de onde partiriam práticas que objetivassem uma aproximação dos sujeitos com uma história mais próxima. Pensar nessa possibilidade significa atuar de forma a promover uma formação cidadã com ênfase na construção das identidades dos alunos, que representam o público-alvo. O trabalho com a história local pode ser legitimado por meio de alguns aspectos que nos afirmam que:

a) Estaríamos partindo do concreto para o abstrato (ou do conhecido para o desconhecido, do próximo para o distante) [...] b) Estaríamos possibilitando a incorporação de experiências de vida dos alunos que se dão num ‘lócus’ específico, no caso, o município [...] c) O estudo da história do município permite a inserção do aluno na realidade do passado da comunidade local, o que lhe possibilita uma melhor compreensão da sociedade em que vive e na qual virá a intervir. d) O contato do aluno com as instituições locais e a percepção do seu modo de funcionamento preparam melhor o aluno para uma futura inserção/participação na sociedade, facilitando-lhe a compreensão das instituições democráticas e acentuando o caráter formativo da história na preparação para o exercício de uma cidadania crítica e consciente [...] e) O recurso às fontes locais (arquivos, museus, bibliotecas, monumentos, história oral) permite familiarizar o aluno com o método de pesquisa [...] (FERNANDES, 1995, p. 46-47)

Como podemos perceber, esses pontos nos passam uma dimensão bastante completa das ações e objetivos que estariam sendo cumpridos e que perpassam o trabalho da sala de aula, buscando construir com os alunos um aprendizado que seria usado em toda a sua vida, ou seja, acompanharia uma formação cidadã. Essa intencionalidade que está presente nesse trabalho se inicia na escola e pretende acompanhar os educandos nos espaços de atuação ao qual eles estivessem presentes, além de trabalhar de forma a estabelecer uma criticidade na percepção do aluno.

Fernandes (1995) nos chama a atenção para a oportunidade de oferecer um ensino de história que possa ser experienciado pelo aluno e que o envolva em um trabalho cujo objetivo não se restringe unicamente ao espaço onde o processo se iniciou – ou seja, a cidade, bairro ou comunidade onde esses sujeitos vivem, mas que esse espaço seja ampliado de modo que o educando conheça os patrimônios presentes em seu Estado e país e tenha conhecimento dos papéis que eles desempenham para a sua história, assim, esse aluno que está inserido no processo educativo patrimonial poderá compreender com mais facilidade e propriedade o valor que os patrimônios possuem para a história das diferentes sociedades ao redor do mundo e nas mais diferentes épocas.

Dentro dessa prática é imprescindível destacar o papel do professor, porque ele levará o aluno a explorar esses espaços e refletir sobre os processos presentes na história da cidade, não apenas entregar um conhecimento pronto, pois como Freire (1983) enfatiza “a tarefa do educador, então, é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado” (p. 72).

Para que o trabalho com a educação patrimonial seja desenvolvido de modo a envolver o espaço que os alunos vivem é necessário considerar algumas questões que irão sistematizar as futuras ações e conduzi-las de modo mais específico, isto é, de acordo com o cenário

encontrado. As considerações a serem feitas envolvem a diversidade da localidade a ser abordada, uma vez que não se pode tomá-la como homogênea nem desconsiderar o modo como esses sujeitos relacionam-se com ela, as problemáticas e conflitos que às vezes são intrínsecas aos patrimônios também precisam ser inseridos nas práticas de modo a promover discussões acerca delas e por fim, é necessário destinar um cuidado especial para as transformações e contradições expressas nos patrimônios, já que seu significado e valor também está passível às mudanças na mentalidade da sociedade (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 57-58).

Não existem respostas prontas que ajudem no desenvolvimento de um trabalho voltado para a história local que trate dessas questões de modo a saná-las ou de tornar esse trabalho livre dessas discussões. Arantes (2004, p. 18) ainda nos mostra outros desafios que estão presentes na educação patrimonial referente às formas com que os conhecimentos são transmitidos e adquiridos, as questões políticas que interferem sobre os patrimônios, a criação de inventários, acervos e registros e a própria conservação desses bens. Percebemos nesses últimos pontos algo que vai além do trabalho educativo que uma escola/professor pode desenvolver, tais pontos encontram-se com barreiras de ordem política e esses interesses refletirão, inevitavelmente, no acesso aos patrimônios que se pretender utilizar.

Apesar dos percalços a serem superados e dos desafios que a educação patrimonial engloba, podemos considerar que as crianças e jovens “têm direito a uma outra história [...] afim de que eles possam assumir em suas próprias mãos o efetivo exercício da cidadania e perceber que a construção da História é resultado de um querer e fazer coletivos” (FERNANDES, 1995, p. 51). Isso é possível quando ressignificarmos as práticas educativas, envolvendo-as de sentido e mostrando no plano concreto onde os conhecimentos da teoria estão situados. Esse tipo de educação, efetivamente crítica e transformadora, destaca o papel de cidadão que os alunos precisam ser preparados para exercer, não apenas na cidade em que vivem, mas também em seu Estado e país, dessa forma, contribuindo para uma produção histórico-cultural que parte dos educandos, o que torna-os protagonistas e não apenas contempladores dos patrimônios que eles visualizam em seus municípios. Além disso “deve-se garantir que os patrimônios já consolidados adquiram novos olhares, e que estes sejam respeitados e levados em consideração, além do fato de que novos patrimônios possam ser identificados” (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 47).

O que isso nos propõe é que sejamos ativos em nossas práticas e que pensemos em desenvolvê-la de modo crítico, aproximando o educando da sua cidade, buscando criar laços,

mas também promover discussões onde os valores sejam questionados, problematizados e repensados.

Educação patrimonial não significa “achar belo” os monumentos que a cidade dispõe, saber sua data de construção e quem os inaugurou, essa prática conservadora e pouco instigante pode ser caracterizada como sendo universalizante, homogeneizadora, sem a possibilidade de identificação de outros espaços e manifestações. Baseia-se nos grupos dominantes e nos interesses que não são públicos, é exteriora no sentido de não favorecer a diversidade de memórias e resulta em ser compreendida como uma prática impositiva (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 55).

3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS ENVOLVENDO OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Não existe um modelo pronto de trabalho com a educação patrimonial que possa ser aplicado em qualquer lugar e que consiga cumprir os objetivos pretendidos, isso porque cada prática educativa voltada para essa intencionalidade deve ser planejada de acordo com a realidade encontrada e suas possibilidades de abordagens. É claro que experiências positivas podem servir como referências ou orientação para trabalhos que almejam objetivos semelhantes. Existem vários exemplos de trabalhos com educação patrimonial que foram desenvolvidos em diferentes cidades brasileiras que podem nos auxiliar a pensar sobre os usos dos bens culturais que dispomos e como eles podem ser explorados.

Em 2008 a prefeitura de Londrina desenvolveu junto a algumas escolas municipais o *Projeto Educação Patrimonial IV: histórias do nosso pedaço*, com o objetivo de possibilitar uma reflexão efetiva sobre o significado do patrimônio histórico e cultural, a partir de uma proposta de trabalho vinculado à educação. Nessa ocasião, foram desenvolvidas atividades em cinco etapas que iam desde a sensibilização, passando pela conceituação de palavras-chaves que definiam o projeto, até sua conclusão por meio da organização de exposições de trabalhos, fotografias, desenhos e produções escritas dos alunos dessas escolas envolvidas. O intuito desse trabalho era partir do próprio bairro dos alunos, fazendo com que eles tivessem contato e investigassem os moradores dessas localidades, de modo que os educandos fossem levados a pensarem sobre o papel social desses sujeitos e o que eles representam para a comunidade. Com esse projeto foi oferecido a oportunidade de haver “uma reflexão acerca dos conceitos de patrimônio histórico e cultural e de educação patrimonial, além de uma

metodologia viável, que pode ser adaptada às mais diversas realidades. Ou seja, não é uma proposta fechada, mas sim aberta” (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 66:103).

A história local, nesse sentido, foi tratada de maneira ainda mais específica, já que optou-se por iniciar por um espaço que os alunos conheciam, mas que não haviam experimentado enxergar com outros olhos, ou seja, houve a oportunidade de analisar algo que, aparentemente, lhes era familiar.

O projeto *Educação Patrimonial IV: histórias do nosso pedaço* nos exemplifica como um trabalho criado considerando os espaços, bens e cultura de determinada localidade pode ser positivo à medida que ele é dividido em etapas e essas etapas vão preparando os educandos para o que se seguirá. Vale ressaltar que nesse projeto foram feitas diversas atividades pensadas para realização na própria sala de aula, mas que não significa que o “mundo real” ficou distante. Quando se delimita o espaço a ser abordado fazendo com que o aluno tenha contato com essa realidade, ele conseguirá ter uma referência daquilo que está sendo tratado, mesmo quando não estiver visualizando esses espaços.

Machado (2014), em seu livro *História Regional em sala de aula* nos dá diversos exemplos de práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar cujo foco principal encontra-se em evidenciar a cidade como meio histórico, para que dessa forma possa ser trabalhada questões concernentes à identidade e a cidadania. Nesta obra podemos perceber diversas abordagens que permitem que sejam trabalhadas, desde questões relacionadas a urbanização, passando pelas transformações na paisagem, a história oral, a dinâmica da sociedade até aspectos ligadas ao modo como os alunos interagem com os espaços da cidade. Ironita Machado também nos apresenta uma proposta de projeto voltada para a educação patrimonial chamado de *Cidade e História: Passo Fundo*. Nessa proposta temos práticas que englobam a análise e estudo de plantas da cidade para que seja abordado o modo como ela se formou a partir da sua organização espacial, além disso, também é proposto pesquisas em jornais antigos afim de investigar a formação do município, seguido de sugestões de roteiros que proporcionam o conhecimento dos patrimônios históricos, arquitetônicos, urbanos e culturais (MACHADO, 2014, p. 142-156).

Fernandes (1995) propôs algo ainda mais completo para o trabalho com a história local que é a utilização de um livro didático que venha complementar o ensino de história escolar. Nessa proposta, *Construindo o Ceará e Fortaleza: a criança e a cidade*, tenta-se “incorporar assim, novas linguagens no processo de ensino-aprendizagem da História, linguagens estas resultado das diversas experiências sociais do homem enquanto produtor de

cultura”. Nessa perspectiva é pretendida uma vivência educativa partindo do cotidiano dos alunos e que incluam em seus roteiros de ensino figuras oriundas do Estado do estudante e que estão presentes em sua cultura. Fernandes (1995) é bastante objetivo ao enfatizar que não existe um livro didático ou material perfeito que suprirá todas as demandas e necessidades, ao mesmo tempo que reconhece que um único material sozinho não basta para oferecer todo tipo de conhecimento que os educandos precisam, no entanto, pensar nessa possibilidade é importante para que práticas sejam planejadas e comecem a fazer parte da realidade educativa (p. 50).

Essas ideias apresentadas nos mostram direções que podemos tomar com base em experiências que não estão apenas no papel, mas que já foram concretizadas e que nos mostram resultados bastante positivos. Novamente, saliento que é indispensável tratar cada localidade considerando suas especificidades, nenhum modelo de projeto pode ser aplicado sem se ter em mente a diversidade presente na localidade, além disso, cada patrimônio cultural presente nas cidades têm um valor diferente para sua população, uma vez que suas histórias foram construídas diferentemente.

Ao falar no valor que os bens têm para os sujeitos presentes em sua localidade, não podemos pensar nesse processo sem que haja a destinação de uma atenção especial às comunidades presentes nesses espaços, porque as pessoas são quem atribuem sentido aos patrimônios e esses sentidos podem se modificar, se transformar, serem questionados e até mesmo resultarem em conflitos, afinal, “nada há no espaço que não seja produto histórico das determinações sociais” (MACHADO, 2012, p. 11). Assim, refletir sobre esses aspectos tornaram as ações mais objetivas, afinal, tudo isso deve ser pensando quando se trabalha com a educação patrimonial.

3.3 POSSIBILIDADES DE ENSINO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS DE GRAVATÁ-PE

Os patrimônios históricos e culturais de Gravatá-PE que foram apresentados no capítulo anterior – o Memorial, a Estação do Artesão, a sede da Sociedade Musical XV de Novembro e um trecho da linha férrea – possuem uma característica em comum: todos eles estão localizados no centro da cidade e todos eles mantêm uma grande proximidade entre si, isso representa um ponto bastante positivo para sua utilização, já que o deslocamento entre

esses espaços não representa um problema em curto espaço de tempo, todas essas edificações podem ser visitadas. Pensar nessa questão é muito importante, já que muitas vezes a visitação é inviabilizada pelo fato do acesso ser difícil¹², (o que não quer dizer que seja uma barreira intransponível).

Precisamos pensar que o acesso dos alunos a esses patrimônios pode requerer alguma taxa de visitação, o que geraria um custo e também poderia representar um empecilho a ser superado, no entanto, todos esses espaços não têm taxas para que possam receber visitantes. Tanto turistas, como estudantes e a própria população dispõe de livre acesso aos espaços, que além de serem gratuitos, não necessitam de agendamento. O Memorial de Gravatá, a Estação do Artesão e a Sociedade Musical XV de Novembro têm seus horários de funcionamento disponíveis tanto em dias comuns, quanto em finais de semana, isso quer dizer que conciliar os horários das turmas com dos patrimônios que ficam praticamente a semana toda aberta, é algo que não será um problema.

Analisando todos esses pontos iniciais é possível concluir que esses espaços são bastante acessíveis e convidativos para o uso educativo, isso porque as barreiras que muitas vezes se apresentam como problemas não são maioria nesse contexto. É possível pensarmos em diversas maneiras de utilização desses espaços, mas o primeiro passo a ser dado nessa decisão está em organizar um projeto com objetivos bastante específicos a partir da observação do seu público-alvo. Sobre isso é importante destacar que, dependendo da escola municipal a qual tratarmos, teremos uma clientela de diferentes partes da cidade, como por exemplo os alunos oriundos da área rural da cidade. Como vimos anteriormente, conhecer o público que iremos trabalhar, sua origem e a localidade onde residem é fundamental para a sistematização de um trabalho que possa ser mais positivo e eficaz, cujos objetivos estejam conectados às necessidades da turma, porque definindo esses pontos de maneira clara, estaremos empreendendo esforços em um trabalho cujo resultado estará mais próximo do esperado.

Os patrimônios históricos de Gravatá-PE que se apresentam como possibilidades de uso dentro de atividades voltadas para a educação patrimonial foram escolhidos estrategicamente devido ao fato de poderem ser utilizados dentro de diferentes abordagens, podendo oferecer a oportunidade de desenvolvimento de temáticas históricas e também

¹² A dificuldade no acesso está relacionada ao fato de haver a necessidade de transporte para o deslocamento dos alunos e professores entre um espaço e outro. Isso demandaria um esforço para solicitar transporte da prefeitura, o que levaria tempo por depender da disponibilidade de ônibus.

sociais, culturais, políticas e também oferecerem a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares.

Ao trabalhar com a Banda XV e Novembro, podemos primeiramente observar sua contribuição para a questão social da cidade, examinando de que maneira ela contribui para que crianças, jovens e adultos tenham a oportunidade de ingressar na música, além de relacioná-la com a história política de Gravatá, com suas festas tradicionais e com o desenvolvimento urbano, uma vez que ela sempre estava presente nas inaugurações importantes da cidade. Temos a oportunidade também de realizar um trabalho a partir de suas músicas, pois como mencionado no capítulo anterior, a banda gravou um CD ao ser reconhecida como Patrimônio Cultural do Estado, desse modo, observaríamos as influências musicais que são perceptíveis aos nossos ouvidos e como elas relacionam-se com os demais estilos que fazem parte da cultura pernambucana e brasileira.

Ao lidar com a Estação do Artesão, observando sua atuação enquanto Estação Ferroviária, podemos estabelecer uma ligação com o desenvolvimento do comércio, tanto de Gravatá, quanto das cidades vizinhas, já que a chegada das locomotivas a vapor representou um grande passo no desenvolvimento dos transportes e isso favoreceu as atividades econômicas da época. Podemos trabalhar a economia de Pernambuco, ou focar especificamente no interior do Estado, e observar de que maneira o transporte ferroviário contribuiu para essa “diminuição das distâncias” entre o litoral e o sertão e levar os alunos a pesquisas que produtos eram transportados, como esse processo acontecia, quais vantagens e desvantagens em comparação ao sistema de transporte atual, assim como também é possível realizar um trabalho na sala de aula envolvendo moradores antigos da cidade ou familiares dos educandos para que eles possam pensar sobre essas transformações históricas sob a perspectiva dessas pessoas, realizando uma espécie de resgate da memória das pessoas que viveram nessa época.

Trazendo para os dias atuais, investigar a função da Estação enquanto centro cultural que abriga a produção do artesanato local, observando as técnicas que são repassadas para diferentes gerações. Desenvolver práticas educativas interdisciplinarmente, já que no artesanato gravataense a questão ambiental também está inserida – quando se considera a utilização de matérias-primas provenientes da natureza como o cipó, o barro, a fibra vegetal, a madeira, entre outros materiais que têm origem na natureza – e podemos aproveitar esse momento para levar os alunos a refletirem sobre os impactos do processo de confecção dos artesanatos no meio ambiente local.

Quando pensamos em práticas que envolvem o trecho urbano da linha férrea, temos a oportunidade de expor para os educandos a função de um patrimônio histórico tombado, qual o processo de tombamento de um bem material, qual a importância de protegê-lo, de quem é essa responsabilidade e até que ponto as instituições podem interferir nesse bem. Além de poder tocar nessas questões e criar discussões em torno delas afim de que os alunos pensem a respeito de um patrimônio que eles encontram diariamente, até mesmo em seus trajetos até a escola, o porquê dele ainda fazer parte da paisagem urbana.

A utilização da linha férrea, dentro de práticas de educação patrimonial, também é fundamental para que se discuta – até mesmo juntamente com a Antiga Estação Ferroviária – sobre seu papel para modernização do município e das cidades vizinhas pelas quais ela passa, oportunizar a visitação desses trechos da linha férrea presentes no centro da cidade e permitir que os alunos observem as intervenções que foram realizadas nela, quais pontos continuam preservados e em quais as linhas nem existem mais.

Outra perspectiva de trabalho bastante interessante para ser realizada com os alunos se refere ao estudo sobre “a rua da Linha”, que é uma comunidade carente que se formou entorno de um trecho da linha férrea mais afastada do centro da cidade, essa questão nos permite abordar questões como a da urbanização sem planejamento, os problemas de ordem social e também permite que os educandos estabeleçam uma criticidade a respeito do modo como patrimônios do centro da cidade são tratados em comparação àqueles que estão situados em bairros mais afastados.

Por fim, o Memorial de Gravatá, que oferece diversas possibilidades, entre elas podemos citar: o trabalho com os diferentes tipos de fontes, quais acervos estão disponíveis, a história das instituições que compõem a cidade e a função que desempenham/desempenhavam, os personagens e famílias que tiveram uma influência na cidade, quais suas contribuições e como podemos analisá-las criticamente, quem eram tidos como “heróis”, qual a participação da mulher na história da cidade, como Gravatá vivenciava os acontecimentos que se passavam no país, além de oportunizar aos alunos discussões que trouxessem novas perspectivas sobre a história da cidade, como é o caso dos próprios nomes das ruas, bairros e escolas, que trazem frequentemente nomes de personalidades gravataenses, assim, seria bastante interessante levar os alunos a pesquisarem sobre essas pessoas, uma vez que esses nomes fazem parte do cotidiano da cidade.

O Memorial de Gravatá é bastante rico em fotografias, assim, podemos pensar em estudar a história e o desenvolvimento da cidade a partir desses registros fotográficos. Apesar desse espaço contar com diferentes tipos de fontes sobre a história de Gravatá, é possível

desenvolver trabalhos que vão além da historiografia do município, podemos trabalhar com os alunos o desenvolvimento das técnicas de determinados trabalhos a partir da observação e investigação de utensílios e objetos presentes no memorial, como moinhos, máquinas de costura, câmeras fotográficas, rolos de filmes antigos – já que em 1946 Gravatá contava com um cinema chamado Cine Theatro Hollanda – instrumentos musicais da Banda XV de Novembro, os primeiros rádios e televisões da cidade, entre tantos outros materiais.

É possível analisar o Memorial enquanto antiga Casa de Câmara e Cadeia, já que ela foi uma das primeiras grandes construções da cidade, discutindo desde sua localização, o episódio de Cleto Campelo, que função ela desempenhava no governo municipal e como se deu a transição de cadeia para museu. É importante ressaltar que nesse momento a Prefeitura Municipal tenta revitalizar o Memorial e promover ações culturais nesse espaço, por meio do trabalhos orientados por profissionais museólogos¹³.

É importante destacar que essas ideias de práticas educativas que foram apresentadas envolvendo os patrimônios históricos e culturais de Gravatá-PE estariam alinhados às ações que envolvessem a formação cidadã desses educandos, isso poderia acontecer à medida que se apresenta esses bens aos alunos e eles possam ocupar esses espaços, reconhecerem como destinados ao seu convívio e que, antes de serem destinados aos turistas, são eles que têm que conhecer e se apropriar do que tais bens oferecem. A questão da identidade também é fundamental, afinal, é ela quem irá viabilizar essa formação cidadã a medida que “desempenha a função de dar e garantir aos grupos sociais uma posição no mundo social pelo lugar de origem e reforço do sentimento de pertencimento dá origem aos laços de identidade” (MACHADO, 2012, p. 6).

O trabalho com a história local não nos deixa restrito ao conhecimento de determinada cidade, uma vez que as relações que a cidade desenvolve com as demais nos leva a compreender processos que perpassam as fronteiras do município que estudamos. O que nos despertar nessa proposta é o fato de partir de um ambiente conhecido, um cenário cujas relações são familiares para os alunos e que eles podem visualizar em seu próprio cotidiano. Nesse processo vale lembrar do espaço que a memória ocupa, não apenas no sentido de focar nessas memórias que “pertencem” àqueles que vieram antes de nós ou aos moradores da localidade, mas as memórias que serão construídas pelos alunos, ou seja, os novos sentidos

¹³ Ver iniciativa da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (SECTURCEL) em <https://www.prefeituradegravata.pe.gov.br/prefeitura-de-gravata-recebe-visita-tecnica-de-museologa/>, acesso em 15 de junho de 2021.

que eles podem atribuir a algo já existente ou até mesmo partir do início. Valorizar esse aspecto do trabalho é indispensável, pois, como nos lembra Pollack (1989):

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estável e sólida que se possa parecer, tem sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se acordar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (POLLACK apud MACHADO, 2012, p. 5).

O intuito não é fazer com que o aluno conheça nomes e datas, mas que ele utilize os acervos do memorial para compreender a cidade e também para aprender na prática a utilizar diferentes documento no processo de escrita da história. O conhecimento da história local serve, nesse sentido, para que possamos existir, assegurar nossa identidade, preservar e construir memórias. Esse trabalho é possível por meio de práticas educativas como a educação patrimonial.

3.4 SUGESTÃO PARA ROTEIRO DE AULA DE CAMPO: “CONHECENDO GRAVATÁ: NOS PASSOS DA HISTÓRIA”

Locais:

Sociedade Musical XV de Novembro, Memorial de Gravatá, trecho urbano da linha férrea (centro da cidade) e Estação do Artesão.

Objetivo:

Proporcionar aos alunos a visitação a alguns patrimônios históricos de Gravatá para que, por meio da observação, investigação e contato, aprendam sobre a história do município.

Metodologia:

Os patrimônios escolhidos para visitação estão localizados no centro da cidade, dispostos de maneira bem próximas, o que permite que a aula de campo aconteça por meio do deslocamento a pé. Os alunos partirão da Praça Aarão Lins, que fica em frente à sede da Sociedade Musical XV de Novembro, como primeiro ponto do roteiro, os alunos poderão observar fotografias e conversar com o maestro Adelson Pereira¹⁴ para que possam fazer

¹⁴ Seria escolhido o dia em que o maestro estivesse presente.

perguntas tanto sobre a banda, os instrumentos, sobre os requisitos para fazer parte dela, quanto perguntas sobre a história da mesma, a trajetória de Adelson diante da banda entre outras curiosidades que os educandos apresentem. Promover o encontro dos alunos com algum membro veterano da banda, de modo que a história seja contada por meio desse membro, é interessante para que seja possível estabelecer uma relação entre suas vivências pessoais e as dinâmicas pelas quais a Sociedade Musical passou ao longo do tempo. Em seguida, conheceremos um pouco sobre o papel da Banda para a cidade e o estado de Pernambuco, seus membros em destaque e como atualmente a Sociedade XV de Novembro atua em Gravatá.

Saindo da sede da banda, seguiremos para o Memorial de Gravatá (aproximadamente 400 metros de distância), no trajeto, os alunos serão orientados a observar a paisagem urbana, indicar os prédios antigos a partir das suas características arquitetônicas, além de se atentarem ao nomes das ruas e praças pelas quais eles passarão. Ao chegar no Memorial, os alunos deverão encontrar informações a respeito de alguns nomes (de ruas ou praças) que eles descobriram ao longo do caminho – Praça Aarão Lins de Andrade, Rua Cleto Campelo, Rua Elias Torres, por exemplo – para conhecerem a origens dessas pessoas que deram nomes a esses espaços da cidade. Os alunos deverão explorar o Memorial de maneira a encontrarem as respostas para as perguntas “*Quem eram esses sujeitos? O que eles faziam?*”, isso direcionará a atenção dos educandos para que investiguem as fotografias, documentos, objetos e todas as informações que estão expostas no museu. Ao final, os alunos se reunirão com o professor e apresentarão suas conclusões.

A aula de campo continuará com destino a Estação do Artesão (a aproximadamente 450 metros de distância). No percurso os alunos continuarão observando a paisagem urbana no exercício de identificar prédios antigos baseados nas suas características arquitetônicas, ao longo do caminho eles observarão os prédios antigos dos Correios, do Cartório Civil, da Câmara de Vereadores e da prefeitura municipal, os casarios seculares da Avenida Joaquim Didier, além de irem exercitando a atenção a respeito dos nomes das ruas e praças que encontrarem pelo caminho – Rua João Pessoa, Praça Rodolfo de Moraes, a já citada Av. Joaquim Didier, o Pátio de Eventos Chucre Mussa Zarzar, entre outras – para dessa vez retomarem os conhecimentos apresentados a eles no Memorial, refletindo sobre a seguinte questão: *o que vimos no Memorial sobre alguma dessas pessoas que deram nome a essas ruas e praça?*

Na Estação do Artesão os alunos deverão inicialmente pensar no espaço enquanto antiga Estação Ferroviária, explorando o lugar de embarque e desembarque, tentando imaginar as pessoas que desciam as escadas chegando e partindo da cidade, relacionando as fotografias do trem e da estação vistas no Memorial com aquilo que ainda podem ser visualizadas atualmente. Em seguida, os educandos serão desafiados a “sentirem o artesanato” presente no espaço por meio do tato e da descrição de um colega. Em duplas, um dos dois estará vendado e será guiado pelo outro parceiro. O que estiver de olhos vendados manuseará os artesanatos com o objetivo de descobrir do que é feito e que objeto é, enquanto o colega o guiará para diferentes partes do espaço, de modo a experimentar o contato com os mais diferentes materiais presentes na Estação do Artesão. A visita acabará com os alunos e professor discutindo sobre a experiência e o que eles descobriram com ela.

Todos seguirão para o ponto inicial – a Praça Aarão Lins – e no percurso de retorno seguirão a linha férrea, nos trechos que for possível caminhar perto dela. Os educandos deverão observar em que trechos a linha continua preservada e em quais deles houve ações que provocaram sua destruição, que construções estão sobre elas, de quem seria a responsabilidade de cuidar de um bem que é tombado pelo Estado e porquê se deve preservar esse patrimônio. Os alunos observarão as construções antigas que foram construídas próximo à linha férrea para refletirem sobre o papel que elas desempenhavam e como isso contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Esse exercício oportunizará que os educandos tenham um olhar atencioso voltado para as transformações da cidade.

Chegando no ponto onde a aula de campo iniciou-se, haverá o momento de socialização onde os alunos poderão falar sobre a experiência que vivenciaram e o que poderia ser pensado para uma próxima visitação. Que outros patrimônios devem-se incluir ou que nova perspectiva adotar no retorno aos espaços já visitados.

CONCLUSÃO

Este trabalho intitulado *A educação patrimonial em Gravata-PE: uma possível ferramenta para construção de identidades dos alunos do fundamental II da rede municipal*, se propôs a examinar o que é educação patrimonial e qual sua função dentro do ensino de história, ao mesmo tempo que observou-se as possibilidades de unir essa prática ao ensino de história local, de modo a trabalhar com os alunos seu reconhecimento enquanto sujeitos inseridos num meio permeado por memórias coletivas e individuais, assim, buscou-se analisar a utilização dos patrimônios de Gravatá como meio promotor da construção e valorização da memória enquanto refletimos sobre as possíveis formas de incentivar esses estudantes a trabalharem com a história e os patrimônios da cidade, trazendo para a discussão a importância de motivar esses educados a ocuparem os espaços histórico-culturais que o cercam.

Tivemos a oportunidade também de compreender de que maneira o processo educativo, o qual envolve a educação patrimonial, pode acontecer, tendo como exemplos, experiências de trabalhos voltados para a educação patrimonial desenvolvidos em algumas cidades do país. Com isso, observamos a maneira que o contato com os monumentos da cidade poderia fazer parte do ensino de história, oportunizando novas abordagens e perspectivas no processo educativo. Dentro dessa abordagem da história local, trabalhamos alguns patrimônios histórico-culturais da cidade de Gravatá-PE como ferramentas educativas, como por exemplo a Estação do Artesão, o Memorial de Gravatá, a Sociedade Musical XV de Novembro e o Trecho urbano da linha férrea, usufruindo deles em prol de uma prática cidadã.

A discussão que esse trabalho proporcionou não foi apenas na intenção de fazer com que o patrimônio cultural de Gravatá seja reconhecido e/ou identificado pelos alunos, mas que pensemos na possibilidade de oportunizar a esses educandos o desenvolvimento de uma criticidade acerca da história que sua cidade carrega ao mesmo tempo que sejam levados a perceberem que a valorização desse patrimônio representa a construção das identidades que possuem, de modo a atuarem junto à sua comunidade afim de prezar pela preservação da história de Gravatá.

Percebe-se que o alcance da educação patrimonial é bastante extenso, porque sua compreensão faz com que se possa adentrar em questões que vão além de identificação de construções ou qualquer outro tipo de bens. Ela permite que se discuta aspectos da formação pessoal dos sujeitos, bem como a construção da sua cidadania, que pode ser percebida quando

analisamos o papel do meio onde estamos inseridos, nas nossas relações e em nossas experiências. Instrumentalizando esses conceitos, desenvolvemos uma pesquisa que direcionou uma atenção especial ao patrimônio cultural municipal, perscrutando além das questões ligadas a cidadania, aspectos relacionados à memória e a identidade. Intencionou-se observar questões relacionadas a seu uso em sala de aula como forma de integrar a educação patrimonial às vivências dos alunos dos anos finais do ensino fundamental do município de Gravatá-PE. O trabalho com a história local é fundamental para aproximar o conhecimento do educando e também para oportunizar um contato mais efetivo com o ensino de história que encontramos na sala de aula.

Enquanto futuros docentes é necessário unir à nossa prática aos conhecimentos necessários que nos permita trabalhar com a história do lugar onde vivemos, assim, tratar desse assunto e refletir sobre os caminhos que podem ser trilhados rumo a esse objetivo, é algo que contribui para nosso repertório docente. A prática educativa no ensino de história precisa contemplar essas perspectivas e essa oportunidade nos permite levar uma consciência mais sensível à essa temática para estratégias de ensino-aprendizagens futuras.

O desenvolvimento dessa produção também se mostrou importante tanto para pensarmos sobre a formação cidadã dos alunos, quanto dos próprios futuros professores, já que refletir a respeito da nossa atuação sobre os espaços histórico-culturais da cidade nos deixa analisar o quanto esse contato é capaz de fortalecer os laços que estabelecemos com os espaços que fazem parte do nosso cotidiano e que, por vezes, não fazemos uso ou ocupamos.

A cidade de Gravatá-PE tem diversos patrimônios que vão além daqueles que foram apresentados aqui, isso nos mostra que as possibilidades vão além das que analisamos e que o trabalho direcionado para a educação patrimonial apresenta diversas outras possibilidades, além disso, a gama de escolhas por práticas envolvendo determinados bens culturais que se enquadrem nas necessidades ou realidade de determinada turma, também tendem a serem maiores.

Desenvolver essa monografia fez com que despertasse a nossa atenção para as lacunas existentes dentro da nossa formação docente no que se refere a uma abordagem histórica do município onde residimos, de forma que elas sejam preenchidas com pesquisas tais como a que foi desenvolvida nesta ocasião, já que os conhecimentos que recebemos do curso durante nossa formação nos oferece as ferramentas necessárias para que possamos realizar esse tipo de trabalho.

Os objetivos que estavam relacionados ao oferecimento de um ensino de ensino de história que privilegie o cenário local, a discussão sobre cidadania, memória e identidade que são inerentes a essa temática, a análise historiográfica da cidade de Gravatá-PE e de seus patrimônios selecionados para compor essa pesquisa, bem como as possíveis práticas educativas as quais elas podem ser inseridas reconhecessem que existe muito mais a ser investigado e aproximado do contexto educativo, por exemplo, podemos pensar que essa produção abre caminho para que discussões sobre a utilização dos bens materiais e imateriais da cidade estejam presentes nos diálogos de professores de história das escolas municipais e que possíveis projetos sejam estruturados e efetivados. O objetivo principal, nesse sentido, é promover a discussão sobre o que seria possível efetivar. De toda forma, imaginar que essa consciência será levada para as futuras práticas daqueles que tiveram a oportunidade de ter contato com o assunto durante a formação acadêmica, já representa um grande diferencial.

Como forma de construir essas possíveis práticas presente nessa discussão, buscamos nas experiências trazidas por diferentes autores, as ações viáveis e estruturadas de acordos com objetivos que atendam às demandas da localidade onde o público-alvo se encontra, visto que as possibilidades aqui discutidas consideraram esse cenário e se valeram dele para organizar tais procedimentos.

Espera-se, por fim, que a ideia de práticas educacionais envolvendo a educação patrimonial e o ensino de história local, possam contemplar outros espaços da cidade e outros patrimônios histórico-culturais que fazem parte de Gravatá e que sirva para outras cidades também, porque isso representa inúmeras possibilidades que evidenciam uma revitalização da imagem que a história do município transmite. Como possíveis desdobramentos dessa produção, seria interessante buscar meios de trazê-la para a realidade das salas de aulas gravataenses, transformando-a em cartilhas de educação patrimonial que ajudarão a efetivar a necessidade de se oferecer o ensino de história local.

Oferecer para os alunos dos anos finais da cidade um cenário que desperte o interesse pela história e pelo lugar onde eles vivem, servirá para superar o desafio de mostrar que toda localidade tem história e que ela precisa ser conhecida para poder ser valorizada. Ademais, é preciso ir além da ideia de que os patrimônios que Gravatá possui estão à disposição apenas dos turistas que circulam pela cidade, porque eles são, antes de mais nada, bens que pertencem aos gravataenses. Esse sentimento de pertencimento que se propõem-se a estabelecer é o grande diferencial para a aquisição dos objetivos que foram expressos aqui e para as demais metas que se procura conquistar.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio A. **O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura.** Campinas-SP: UNICAMP, n° 13, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. **História e Memória- uma relação na confluência entre tempo e espaço.** In: Mouseion, vol.3, n.5, jan-jul/2009.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Quotidiano.** Petrópolis: Editora Vozes, 1993
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988
- CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005 Universidade de Brasília.
- CANDAU, J. **Memória e identidade.** 1ª edição. São Paulo. Contexto. 2011.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. “E a história se faz cidade”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2005**
- COUTINHO, Adelaide Ferreira. **O papel da escola pública na formação da cidadania.** In: VASCONCELOS, José Gerardo; SOUSA, Antonio Paulino de. Educação, política e modernidade. Fortaleza: UFC, 2006.
- CRUZ, Rodrigo Díaz. **Experiencias de la Identidad.** In Revista Internacional de Filosofía Política, n° 2, 1993.
- FARIAS, Fernanda Tavares. **Banda XV de Novembro, presente em todos os momentos da história de um povo.** Edição do autor, Gravatá: CEPE, 2013
- FERNANDES, J. R. O. . **Um lugar na escola para a história local.** Ensino em Re-vista (UFU. Impresso) , v. 4, p. 43-52, 1995
- FESTIVAL PERNAMBUCO NAÇÃO CULTURAL. **Educação Patrimonial para o Agreste Central/ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.** 1ª edição. Recife. FUNDARPE. 2009
- FLORESCANO, Enrique. **A função social do historiador.** Tempo, Rio de Janeiro, v. 4, 1997, p.65-79.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª. Edição. São Paulo: DP&A. 2006
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 2014.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. **História, patrimônio e cidade: uma questão política**. Revista Memória em Rede. Pelotas, v.2, n.7, Jul./Dez.2012
- MACHADO, Ironita Policarpo. **História Regional na sala de aula**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo. 2014
- MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa; BRANCO, P. M. Castelo. **Educação Patrimonial: da teoria à prática**. Londrina. Editora UniFil. 2009
- MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. **A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno**. Educação em Foco, Edição nº: 08/Ano: 2016. P 24-40. Disponível em http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_influencia_historia_educ_infantil.pdf
- PARK, Margareth Brandini. **Entre Chronos e Mnemosine: Possibilidades da Memória na Formação de Educadores**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. 18º Encontro Regional (ANPUH-MG) 2012.
- RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. Macapá, v. 7, n. 4, 2º semestre, 2017
- RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, Kalina Vanderlei; VANDERLEI SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de conceitos históricos** – 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2009
- TEIXEIRA, Franklim Cavalcanti Pereira. **Contribuições da Ferrovia Great Western para o desenvolvimento do Nordeste**. Faculdades Integradas Da Vitória De Santo Antão, 2016.